

TEORIAS DA TRADUÇÃO: UMA VISÃO INTEGRADA*

José Pinheiro de Souza

Resumo

As reflexões sobre a atividade tradutória têm manifestado, por mais de dois mil anos, posicionamentos por vezes radicais ou frontalmente opostos. A velha tensão entre tradução literal e livre, por exemplo, ainda não foi satisfatoriamente resolvida. Mesmo se manifestando, contemporaneamente, sob rótulos diferentes, é sempre, essencialmente, a mesma velha tensão que vem à tona. Partindo do pressuposto de que as posições extremas sempre erram o alvo, uma vez que geralmente enfatizam um aspecto em detrimento de outros, este artigo defende uma visão integrada do fenômeno tradutório. Anexo ao artigo, encontra-se um questionário com perguntas e respostas sobre teorias da tradução.

Palavras-chave: tradução; tradução literal; tradução livre.

Abstract

Reflections on the activity of translation have manifested, for over two thousand years, both radical and diametrically opposed postures. The old tension between literal and free translation, for example, has still not been satisfactorily resolved. Despite manifesting itself, in the present day, under different labels, it is always, essentially, the same old tension that arises. Starting with the assumption that extreme positions always miss the mark, as they generally emphasize one aspect at the expense of others, this article defends an integrated view of the phenomenon of translation. In the appendix to the article, a questionnaire may be found with questions and answers about theories of translation.

Key words: translation; literal translation; free translation.

1 INTRODUÇÃO

O título do artigo é “teorias” (e não “teoria”) da tradução, porque

ainda não existe nenhuma teoria unificada da tradução no sentido técnico de “um conjunto coerente de proposições gerais usadas como princípios para explicar uma classe de fenômenos”, mas existem algumas “teorias” no sentido lato de “um conjunto de princípios úteis para compreender a natureza da tradução ou para estabelecer critérios de avaliação de um texto traduzido” (Nida, 1993:155).¹

Por não haver nenhuma teoria unificada da tradução, também não existe definição de tradução que seja aceita por todos.

O próprio termo *tradução* é polissêmico e pode significar (a) o produto (ou seja, o texto traduzido); (b) o processo do ato tradutório; (c) o ofício (a atividade de traduzir); ou (d) a disciplina (o estudo interdisciplinar e/ou autônomo).

O modo de conceituar a tradução varia, de acordo com a polissemia do termo e com as diferentes perspectivas dos teóricos da tradução. Existem diversas posturas teóricas, algumas bastante radicais e outras que são frontalmente opostas. Neste artigo, analisaremos apenas algumas posições opostas, sobretudo as que são relacionadas com a velha tensão bimilenar entre tradução literal e tradução livre, procurando equilibrar e integrar as forças contrárias.

2 TRADUÇÃO LITERAL E LIVRE

A controvérsia mais antiga em torno da tradução diz respeito à tensão entre tradução *literal* e *livre*, duas posições

* Nossos agradecimentos ao Prof. Myrson Lima, da Universidade Estadual do Ceará, e ao Prof. Marcus Vinícius Fontes Dodt, da Universidade Federal do Ceará, pela colaboração que emprestaram ao aspecto redacional deste artigo.

¹ É de nossa autoria a tradução de citações ocorrentes neste artigo.

frontalmente opostas. Ao conceito de tradução literal está associada a idéia de tradução *fiel, neutra, objetiva*, e ao de tradução livre, a idéia de tradução *infidel, parcial, subjetiva*.

Essa controvérsia, de fato, já vem desde os antigos romanos. Cícero (1º. século A. C.), por exemplo, mostrava preferência pela tradução livre, ou seja, pela *tradução do sentido*, e não pela tradução literal, palavra-por-palavra (*non verbum e verbo sed sensum exprimere de sensu*).

São Jerônimo (384 AD), o santo protetor dos tradutores, que traduziu a Bíblia inteira para o latim, também mostrou preferência pela tradução do sentido, opondo-se, desta maneira, à tendência dominante de seu tempo de se fazer tradução literal de obras sagradas por respeito à “Palavra de Deus” (cf. Delisle & Woodsworth, 1995:168).

A tradução livre de um texto sagrado poderia ser interpretada como “infidel” e herética e o seu tradutor poderia ser condenado pela Inquisição.

No século XVI, Martinho Lutero, ao traduzir a Bíblia para o alemão, defendeu o mesmo princípio básico de Cícero e de São Jerônimo, ou seja, o princípio da tradução do sentido e não, da tradução literal.

Essa discussão continua até hoje. Entre os que, contemporaneamente, defendem a tradução literal, podemos citar Peter Newmark (Newmark, 1988:69), ao afirmar que “a tradução literal é correta e não deve ser evitada, uma vez que assegure a equivalência referencial e pragmática em relação ao original”.² Entre os que a combatem, podemos citar Vázquez-Ayora (1977, apud Gonçalves, 1996:43), que “pretende libertar a tradução do literalismo milenar”. Ele define tradução “como transferência de idéias de uma língua-cultura para outra” (ibid., p. 42).

As diferenças quanto à função predominante da linguagem também exercem um papel importante nas divergências de pontos de vista dos especialistas. Assim, enquanto para alguns tradutores a expressão literária é a função predominante da linguagem, para outros é a sua função referencial que predomina (ou seja, a sua função de informar).

A fim de conciliar e integrar essas posições extremistas, pode-se argumentar que elas podem ser vistas como complementares, uma vez que, dependendo do seu objetivo, do tipo de texto, da sua função predominante, e do maior ou menor grau de convergência ou de divergência lingüística e cultural entre as duas línguas envolvidas na tradução (cf. Barbosa, 1990:91-101), uma tradução pode ser mais ou menos literal, ou mais ou menos livre.³

Não se pode negar, portanto, que haja, sob essa perspectiva, dois tipos válidos de tradução: (a) tradução literal, centrada mais na forma e (b) tradução livre, centrada mais no sentido (nas idéias ou conceitos). O tradutor pode focali-

zar sua atenção em uma ou outra dessas duas modalidades de tradução, sem, contudo, supervalorizar uma alternativa em detrimento da outra.

3 POSSIBILIDADE E IMPOSSIBILIDADE DA TRADUÇÃO

Tem havido na história das teorias da tradução o ponto de vista de alguns teóricos (filósofos, antropólogos, lingüistas e poetas) que chegam até mesmo a negar teoricamente a possibilidade da tradução. Segundo alguns, como é possível a tradução, se “os sistemas gramaticais são impenetráveis entre si”? (Meillet, apud Mounin, 1975:20). Como é possível traduzir, se, de acordo com os argumentos humboldtianos e neo-humboldtianos, “cada língua constitui uma visão de mundo diferenciada e única a que só se pode ter acesso por via dessa mesma língua e de nenhuma outra”? (Paes, 1990:33)

Esta é a visão extremista defendida pelos adeptos da Hipótese Sapir-Whorf, ou hipótese do relatividade lingüística, segundo a qual,

a língua determina a maneira como as pessoas percebem e organizam o mundo. Esta visão (de ‘determinismo lingüístico’) foi exposta primeiramente pelo etnólogo alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835); no presente século, veio a ser conhecida como a HIPÓTESE DE SAPIR-WHORF”. (Crystal, 1988:226)

É verdade que, até certo ponto, pensamos deste ou daquele modo por causa da língua que falamos, “o que reflete uma diferença no modo como as línguas interpretam a experiência do real” (Barbosa, op. cit.:67). Por exemplo, em português, pensamos distâncias em *quilômetros*, e não em *milhas*, como em inglês, porque nossa língua categoriza as distâncias em quilômetros e não em milhas. Outros exemplos são dados por Barbosa (ibid.): *keyhole* (‘buraco da fechadura’) e *like the back of my hand* (‘como a palma da minha mão’). Esses casos, porém, são bastante isolados, em relação ao conjunto total dos fatos lingüísticos e, portanto, não invalidam a tese da universalidade da linguagem e da experiência humana, uma vez que o pensamento e as línguas manifestam, subjacentemente, mais semelhanças do que diferenças, o que explica a possibilidade da comunicação e da própria tradução.

É comum ouvirem-se também, na literatura especializada, afirmações por demais negativas a respeito da possibilidade da tradução, particularmente da tradução de poesia.

² Ver também o artigo de Francis Aubert (Aubert, 1987): “A tradução literal: impossibilidade, inadequação ou meta?”

³ Convém lembrar que o conceito de tradução literal varia bastante de lingüista para lingüista. (Ver, por exemplo, Vinay e Darbelnet 1977, Catford 1965/1980, Newmark 1981/1995, e Aubert 1987, entre outros.)

Um discípulo de Benedetto Croce, assim escreveu:

Devemos acolher como realidade irrefutável o conceito da intradutibilidade da expressão lingüística e, particularmente, da expressão 'par excellence', que é a poesia. (M. Fubini, 1963:789, apud Theodor, 1986:121)

Voltaire (apud Paes, op. cit.:34-35) assim advertia os leitores de suas traduções: “Lembraí-vos, sempre, quando virdes uma tradução, que vedes uma fraca estampa de um belo quadro”. Robert Frost (ibid.) “definiu poesia como tudo aquilo que se perde na tradução”. Roman Jakobson (Jakobson, 1971:72) afirma que “a poesia, por definição, é intraduzível”. Para Sílvia Romero (apud Paes, op. cit.:9), “a poesia não se traslada sem perder a maior parte de sua essência”. E também “Manuel Bandeira que, embora tenha traduzido poesia praticamente durante toda a sua vida, não hesitou em afirmar, mais de uma vez, ser ela, em essência, intraduzível” (Paes, op. cit.:35). Pode-se ver, através dessas afirmações, uma grande contradição entre o que se diz e o que se faz.

Não obstante todas essas afirmações de desespero, permanece o fato de que a atividade de traduzir vem ocorrendo, e com bastante sucesso, há mais de dois mil anos. E “sem a tradução, o mundo de hoje, com o rápido intercâmbio de informações, seria impensável” (Snell-Hornby, 1995:131).

É bem verdade que não existe tradução perfeita, do mesmo modo que não existe comunicação perfeita, ou absoluta. Toda comunicação humana é limitada, mas normalmente é satisfatória para atingir seus objetivos. Comunicação limitada, parcial, não significa, contudo, comunicação ilusória ou falsa. Do mesmo modo, também não pode haver tradução perfeita. Toda tradução é parcial, limitada (mas nem por isso ilusória), podendo, porém, ser aperfeiçoada. (Cf. Buzzetti, 1987:58).

Sabemos, igualmente, que “a maior parte da população do mundo é bilingüe ou multilingüe” (Malmkjaer, 1997:60), o que faz da tradução um processo natural e necessário da comunicação humana.

Aliás, toda comunicação verbal humana, seja ela intralingual ou interlingual, sempre envolve, necessariamente, algum tipo de tradução. No dizer de Murata (1996:69), “tudo o que se diz é uma tradução do que já se disse”. E, nas palavras de Octavio Paz (apud Arrojo, 1986:11), “a própria língua, em sua essência, já é uma tradução: em primeiro lugar, do mundo não verbal e, em segundo, porque todo signo e toda frase é uma tradução de outro signo e de outra frase”.

O mesmo ponto é elucidado por George Steiner (Steiner, 1998:xii), em seu famoso livro, *After Babel: Aspects of Language & Translation*:

After Babel fundamenta-se no postulado de que o ato de traduzir está implícito, formal e pragmaticamente, em todo e qualquer ato de comunicação, na emissão

e recepção de todo e qualquer modo de significação. (...) Compreender é decifrar. Entender significados é traduzir. (...) A tradução entre línguas diferentes é uma aplicação particular de um modelo fundamental da comunicação humana através da linguagem (...).

Mas quem melhor esclarece esse ponto é Jakobson (1971:64), ao afirmar que

(. . .) o significado de um signo lingüístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo 'no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo', como insistentemente afirmou Peirce, o mais profundo investigador da essência dos signos. (...) Distinguimos três maneiras de interpretar um signo verbal: ele pode ser traduzido em outros signos da mesma língua, em outra língua, ou em outro sistema de símbolos não-verbais.

Assim, conforme o mesmo autor (ibid., p. 64-65), existem três espécies de tradução (*intralingual, interlingual e intersemiótica*):

*1) A tradução intralingual ou **reformulação** ("rewording") consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua. 2) A tradução interlingual ou **tradução propriamente dita** consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua. 3) A tradução intersemiótica ou **transmutação** consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais.*

O mesmo lingüista nos esclarece que

as línguas diferem essencialmente naquilo que devem expressar, e não naquilo que podem expressar (ibid., p. 69).

Em outros termos, as línguas não diferem essencialmente no que podem dizer, mas no modo de dizer. Por isso, nos afirma Jakobson (op. cit., p. 67) que

toda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente. Onde houver uma deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, calcos, neologismos, transferências semânticas e, finalmente, por circunlóquios.

Em suma, não existe equivalência total entre as línguas no nível da forma, mas existe equivalência no nível do conteúdo comunicativo. Em outras palavras, cada língua é um sistema *sui generis*, um código próprio, com suas próprias formas e regras, mas é também, ao mesmo tempo, um sistema de comunicação, o que torna possível a tradução. Essa natureza dual da linguagem é bem expressa por Bell (1991:6-7) nos seguintes termos:

Toda língua é uma estrutura formal - um código - que consiste em elementos que podem combinar-se para

veicular 'sentido' semântico e, ao mesmo tempo, um sistema de comunicação que emprega as formas do código para referir-se a entidades (do mundo real ou imaginário) e cria sinais que possuem 'valor' comunicativo.

Acrescenta ainda o mesmo autor (p. 7) que

o tradutor tem opção, então, de focalizar quer as equivalências formais, que 'preservam' o sentido semântico do texto original, (...) quer as equivalências funcionais, que 'preservam' o valor comunicativo do texto (...).

A tradução só é impossível, por conseguinte, para quem vê a língua apenas por uma de suas dimensões (cf. citação de Bell acima), ou seja, a de ser um sistema *sui generis*, um código próprio, imanente, semioticamente fechado. Mas é preciso não esquecer que toda língua é, igualmente, um sistema de comunicação, transcendente, o que torna possível a comunicação interlingual, que é a tradução (ibid.).⁴

É verdade que nem sempre existem correspondências exatas de valores entre as línguas (no sentido saussuriano do termo), mas há correspondências de *significação*. Do contrário, qualquer tradução seria impossível.

No dizer de Mounin (op. cit., p. 35-36),

(...) a crítica de Saussure abala profundamente a antiga segurança das pessoas para as quais a língua é uma nomenclatura, um repertório, um inventário. Todavia, a análise saussuriana da noção de sentido não compromete a validade das operações de tradução visto como, baseada na psicologia clássica, ela não põe realmente em dúvida, em parte alguma, a natureza universal dos conceitos - seja qual for a sua distribuição em valores - que refletem a experiência humana universal. (grifos nossos)

4 TRADUÇÃO COMO OPERAÇÃO LINGÜÍSTICA E LITERÁRIA

Há os que vêem tradução exclusivamente como arte, como empreendimento de ordem literária e artística, e os que a encaram como operação essencialmente lingüística (cf. Mounin, op. cit., p.24). Essa polêmica está intimamente relacionada com a tensão entre tradução literal e livre, pois os que a definem como arte, normalmente tradutores poetas, não-lingüistas (cf. Mounin, ibid.), defendem mais a tradução livre, enquanto os que a definem como operação essencialmente lingüística, privilegiam mais a tradução literal ou direta, sem negar, contudo a tradução livre ou oblíqua.

Como afirmamos na Seção 2, cada uma dessas duas posições extremas enfatiza apenas um dos aspectos da tra-

dução, que, dependendo do tipo de texto, da sua função predominante (expressiva, descritiva ou apelativa), do seu objetivo e do seu público-alvo, pode e deve ser realizada mais livre e subjetivamente (como operação artístico-literária), ou como operação predominantemente lingüística, voltada mais para os aspectos literais/referenciais do que para os efeitos literários/expressivos.

5 TRADUÇÃO COMO SUBSTITUIÇÃO E PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS

Em oposição frontal às definições tradicionais de tradução como reprodução ou "transferência de significados de um código lingüístico para outro" (Barbosa, 1990:11, concordando com Bordenave, 1987:2), algumas visões igualmente unilaterais de leitura e tradução (por exemplo, Arrojo, 1986/1992) concebem leitura e tradução como processos essencialmente criativos de produção de significados, aparentemente esquecendo que todo texto é também um código lingüístico, preexistente e imposto aos indivíduos, portador de marcas significativas relativamente estáveis e objetivas, que precisam ser identificadas por todo aquele que desejar compreendê-lo e/ou traduzi-lo.

O conceito mais comum de tradução, segundo os lingüistas, contudo, não é o de "transferência", mas o de "substituição", de significados. Catford (1980:53), embora admita alguns casos de "transferência" de significado em traduções, esclarece bem que esse não é o processo normal. Eis suas palavras:

Por meio dos exemplos como os precedentes deveria ficar claro que é possível uma espécie restrita de "transferência de significado" de uma língua para outra; mas fica igualmente claro que isso não é o que normalmente se entende por tradução. Em "tradução" há substituição de significados da LF [Língua-Fonte] por significados da LM [Língua-Meta]: não transferência de significados da LF para a LM. Na transferência há uma implantação de significados da LF no texto da LM. Esses dois processos devem ser claramente diferenciados em qualquer teoria de tradução.

Catford, por conseguinte, nega que a tradução seja essencialmente um processo de "transcodificação" (op. cit.:45), ou seja, um processo de "transferência" de significados, pois

o significado, a nosso ver, é uma propriedade da língua. Um texto da LF tem um significado que é da LF, e um texto da LM tem um significado que é da LM: um texto russo, por exemplo, tem um significado russo (...), e um texto equivalente inglês tem um significado inglês.

⁴ Ver também Benveniste, 1989, capítulos 1, 3, e 15.

Por isso, para Catford (op. cit.:22),

tradução pode definir-se como a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM)".

Esse é essencialmente o mesmo conceito básico de tradução adotado por outros lingüistas famosos, como Vinay e Darbelnet (1977), Bell (1991), Nida (1993) etc. Para Nida (apud Mounin, op. cit.:252),

a tradução consiste em produzir na língua de chegada o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua de partida, em primeiro lugar no que diz respeito à significação e em seguida no que diz respeito ao estilo.

O conceito de "tradutor como 'produtor' de significados" e o "caráter essencialmente criativo do processo de tradução" acham-se bem explícitos em Arrojo (1986:78-9):

Na medida em que questiona a estabilidade de qualquer texto, seja "original" ou não, e na medida em que chama atenção para o papel do tradutor como "produtor" de significados, Oficina de tradução questiona, também o termo original. (...). O que Oficina de tradução propõe é o reconhecimento do caráter essencialmente criativo do processo de tradução.

Para se compreender o processo de tradução (e as teorias que tentam explicar esse processo), é preciso tentar entender, em primeiro lugar, o processo de leitura, uma vez que todo tradutor é necessariamente um leitor. Por isso, nesta seção analisaremos também a natureza da leitura, em geral, e a do leitor-tradutor, em particular.

Vamos, inicialmente, refletir um pouco sobre a natureza da leitura. O que é ler? Seguindo o modelo interativo de leitura de David Eskey (Eskey, 1986:16-18), consideremos o que envolve a leitura da seguinte frase:

If you tell the truth long enough you are bound to be found out.

(Se contarmos toda a verdade, com certeza seremos descobertos.)⁵

Para entender essa frase, o leitor precisa, em primeiro lugar, conhecer as formas ortográficas e os significados das estruturas e das palavras que compõem a frase (o que obviamente pressupõe o conhecimento do sistema alfabético que usamos), bem como certas convenções (tais como a ordem das palavras, que em inglês e em português é da esquerda para a direita, o emprego de letras maiúsculas e minúsculas, o uso da pontuação, etc.). Mais precisamente, o leitor deve

saber, por exemplo, que a forma gramatical da frase expressa uma relação de causa/efeito entre a oração (ou cláusula) subordinada ("if", "se") e a oração independente, ou seja, que a oração principal deve ser entendida como resultado da oração subordinada. O leitor deve reconhecer e corretamente decodificar a forma passiva do sintagma verbal da oração principal, isto é, deve entender que a frase diz respeito à possibilidade de "sermos descobertos por alguém" e não vice-versa, isto é, de "nós descobrirmos alguém". O leitor deve ainda saber que o pronome you, empregado na frase inglesa, é um pronome indefinido que pode referir-se a qualquer pessoa (e não apenas ao leitor) e que a locução *to be found out* (além de seu sentido básico de "ser descoberto") expressa a conotação de que seu sujeito está envolvido em algum tipo de ação desonesta.

Além desse conhecimento lingüístico, porém, o leitor precisa possuir conhecimentos extralingüísticos, tais como as atitudes com relação ao comportamento social ou moral das pessoas, de tal modo que "falar a verdade" seja normalmente considerado uma ação digna de louvor. O leitor deve compreender ainda que existe na frase acima uma certa pitada de humor (ou de ironia), uma vez que há uma inversão do que normalmente se esperaria na oração principal (o louvor esperado por quem diz a verdade). Na ausência de tal conhecimento extralingüístico, a força (o efeito) principal da frase, o contraste entre a expectativa sugerida pela oração subordinada e a surpresa pela inversão dessa expectativa (e daí a pitada de humor) na oração principal, desaparece completamente para o leitor, mesmo que faça uso dos melhores dicionários.

A compreensão da frase acima, como estamos observando (ver também Figuras 1 e 2 abaixo, traduzidas e adaptadas de Eskey, op. cit.:15 e 18, respectivamente), depende de uma complexa interação entre conhecimentos lingüísticos (**Conhecimento de Forma**), de um lado, e conhecimentos não lingüísticos (**Conhecimento de Substância**), do outro. Em outros termos, a compreensão dessa frase, como a de qualquer outro texto, envolve um processo de interação entre identificação de formas lingüísticas, de um lado, e um processo de interpretação da frase, com base em conhecimentos não lingüísticos, de outro. Isso fica mais claro nos diagramas das Figuras 1 e 2, abaixo, que esquematizam os princípios básicos do processo interativo de leitura, segundo o modelo de David Eskey, que adotamos.

De acordo com esse modelo (cf. Eskey, op. cit.:14-15), a leitura é um tipo particular de comportamento cognitivo, baseado em certos tipos de conhecimento que formam parte da estrutura cognitiva do leitor. Assim, a Figura 1 começa com a estrutura cognitiva na mente do leitor, ou seja, com o que ele já sabe, com o que está armazenado como esquemas em sua memória de longo prazo. Ele deve, por exemplo, conhecer bem a língua em sua forma escrita, e ter suficiente conhecimento do assunto do texto a fim de que o

⁵ A frase original é de Eskey (op. cit.:16) e os comentários que se seguem são uma tradução e adaptação nossa do mesmo autor, p. 16-18.

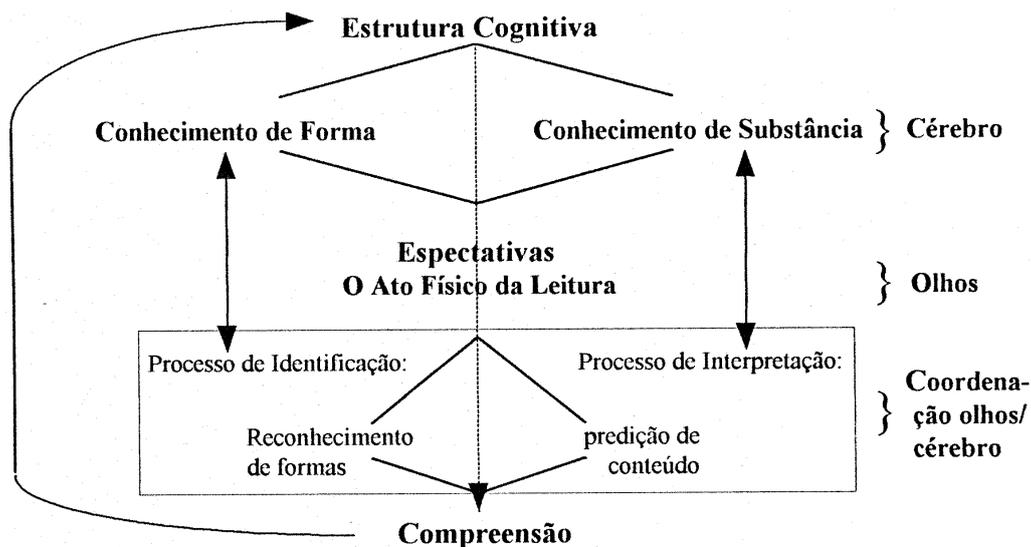


Figura 1: Leitura como comportamento cognitivo: um modelo interativo

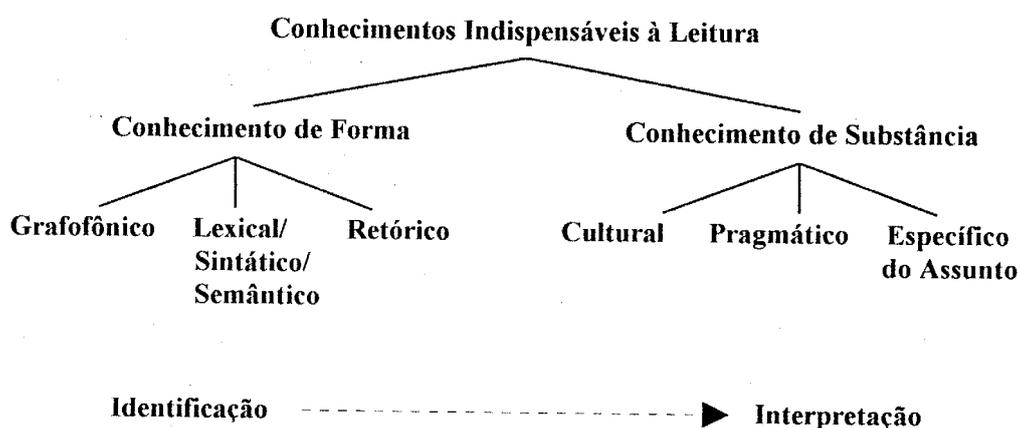


Figura 2: Conhecimentos Indispensáveis à Leitura.

mesmo lhe seja compreensível. Seu conhecimento de forma (formas grafofônicas, lexicais, sintáticas, semânticas e retóricas) cria-lhe determinadas expectativas sobre a linguagem do texto. Com essas expectativas, durante o ato físico da leitura, ele terá condições de fazer, rápida e automaticamente, identificações precisas das formas lingüísticas, utilizando um número mínimo de pistas visuais. Simultaneamente, seu conhecimento de substância (conhecimento cultural, pragmático e do assunto específico) cria-lhe determinadas expectativas sobre a estrutura conceptual do texto como um todo. Com essas expectativas, durante o processo da leitura, ele poderá fazer predições corretas sobre a interpretação do significado global do texto e atingir, assim, a compreensão, ou seja, uma reconstrução (ou produção) do significado do texto como um todo. A seta apontando da **Compreensão** de

volta para a **Estrutura Cognitiva** (Figura 1) significa o estágio do processo quando o leitor integra a compreensão global do texto à sua estrutura cognitiva.

Vemos, portanto, por esse modelo de leitura, que a compreensão leitora envolve uma interação entre leitor e texto, e entre conhecimento lingüístico, de um lado, e conhecimento não lingüístico, de outro. Graças ao primeiro tipo de conhecimento, o leitor identifica/percebe os significados (valores) lingüísticos (relativamente objetivos e estáveis) do texto e, ao mesmo tempo, através do segundo tipo de conhecimento, ele produz interpretações subjetivas da compreensão leitora.

Qual a implicação desse modelo de leitura para a teoria da tradução? Com base nessa perspectiva, já que todo tradutor é, antes, um leitor, toda tradução terá que ser, em

primeiro lugar, um processo de identificação e de interpretação/produção de significados, em relação à compreensão leitora do texto original e, em segundo lugar, um processo de substituição e de produção de significados em relação ao texto de chegada.⁶

Analogamente ao processo de leitura, o ato tradutório envolve uma interação (ou negociação) entre leitor-tradutor e texto, e entre conhecimento lingüístico, de um lado, e conhecimento não lingüístico, de outro, tanto em relação ao texto de partida quanto em relação ao texto de chegada. Graças ao primeiro tipo de conhecimento, o tradutor identifica e substitui os significados (valores) lingüísticos (relativamente objetivos e estáveis) da língua de partida por significados equivalentes (também relativamente objetivos e estáveis) da língua de chegada e, simultaneamente, graças ao segundo tipo de conhecimento (e demais liberdades e/ou finalidades tradutórias), ele produz o lado subjetivo/interpretativo de sua tradução. O ato tradutório envolve, em suma, dois processos complementares e simultâneos, mas distintos: substituição (relativamente objetiva/literal) e produção (relativamente subjetiva/livre) de significados.

6 O TEXTO TRADUZIDO COMO “PALIMPSESTO”

Ao conceito tradicional/estruturalista de texto como objeto relativamente estável, e de tradução como “reprodução fiel” (ou transporte, ou transferência, ou substituição) de significados (ou de mensagens) de uma língua para outra, mais associado ao conceito de tradução literal, visão, obviamente, limitada, unilateral, da realidade, opõe-se, frontalmente, o conceito “pós-estruturalista/desconstrutivista” de texto traduzido como “palimpsesto”, assim definido:

O texto, como o signo, deixa de ser a representação “fiel” de um objeto estável que possa existir fora do labirinto infinito da linguagem e passa a ser uma máquina de significados em potencial. A imagem exemplar do texto “original” deixa de ser, portanto, a de uma seqüência de vagões que contêm uma carga determinável e totalmente resgatável. Ao invés de considerarmos o texto, ou o signo, como um receptáculo em que algum “conteúdo” possa ser depositado e mantido sob controle, proponho que sua imagem exemplar passe a ser a de um palimpsesto (grifos nossos). Segundo os dicionários, o substantivo masculino palimpsesto, do grego palimpsestos (“raspado novamente”), refere-se ao “antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua es-

cassez ou alto preço, duas ou três vezes [...] mediante raspagem do texto anterior” (Arrojo, 1986:23)⁷

Essa visão é unilateral, pois, se, por um lado, enfatiza o aspecto da interpretação subjetiva da leitura e da tradução de um texto, por outro lado, pretende anular o outro pólo da verdade, ou seja, o aspecto objetivo da compreensão e tradução de um texto.

Como já afirmamos alhures (Souza, 1999) e como foi visto em seções anteriores deste artigo, o elemento da interpretação criativa está presente não somente em qualquer tradução, mas, antes, em qualquer tipo de processamento textual, uma vez que a compreensão de um texto sempre envolve negociação entre autor, texto e leitor. Em outros termos, o sentido de um texto não está nem totalmente no autor, nem totalmente no texto, nem totalmente no leitor. É o resultado de uma negociação entre todas as partes envolvidas. Inversamente, podemos afirmar que o sentido de um texto está parcialmente: no autor, no texto (enquanto objeto lingüístico), no leitor e no contexto situacional. E o sentido de um texto traduzido não pode fugir a esta regra.

Como elucida Komissarov (1987:418-419),

a comunicação interlingual (ou tradução) tem também por objetivo a transmissão de algum conteúdo cognitivo do autor do texto-fonte para o receptor do texto-alvo, e uma tradução equivalente deveria viabilizar esta transmissão. (...) Atualmente, põe-se muita ênfase no papel dos traços individuais do ato de comunicação. Enfatiza-se muito a tradução centrada no receptor. Assim, a pergunta ‘Esta tradução é equivalente?’ é respondida com outra pergunta: ‘Equivalente para quem?’ Esta atitude inevitavelmente resulta numa diminuição (ou depreciação) do papel dos aspectos lingüísticos no processo de tradução. (...) A visão limitada de texto como produto de um ato individual de comunicação, produzido sob condições únicas, irreproduzíveis, tem o perigo de esquecer alguns traços essenciais do texto como veículo de comunicação que pode expressar e fixar os pensamentos humanos. (...)

A semântica do texto é de relativa estabilidade. O texto e seu conteúdo semântico continuam a existir depois de completado o ato individual de comunicação para o qual ele foi produzido. O texto se perpetua em sua forma escrita e se distancia por isso da comunicação original, preservando, contudo, seu potencial comunicativo. Ele pode agora transmitir sua informação inerente repetidas vezes a todos os leitores que conhecem a língua. Esta é a função mais importante das unidades lingüísticas gravadas (ou escritas) que fixam e preservam o conteúdo cognitivo em sua se-

⁶ A expressão “substituição de significados” está sendo usada, aqui, no sentido de “reposição dos significados (valores) lingüísticos” da LF, identificados no ato da compreensão leitora, por significados (valores) lingüísticos equivalentes da LM, conforme a definição lingüística de tradução proposta por Catford (1980:22).

⁷ Para a visão “desconstrutivista/pós-estruturalista” de tradução, ver também Arrojo (1992/1993) e Ottoni (1998).

mântica, tornando-o disponível, acessível, a qualquer receptor do presente ou do futuro. (...)

Em resumo, podemos dizer que, por um lado, o texto expressa, aqui e agora, alguma mensagem específica que é produzida em determinadas circunstâncias para um determinado receptor, com sua própria estrutura cognitiva (sua experiência única, seus conhecimentos prévios). Este é o aspecto subjetivo (interpretativo) da compreensão da mensagem. Mas, por outro lado, o texto contém informação acessível a qualquer leitor que conheça a língua, informação esta que depende, exclusivamente, dos significados das unidades lingüísticas e que, portanto, não depende das possíveis diferenças na estrutura cognitiva de cada leitor. Este é o aspecto objetivo da compreensão do texto. (grifos nossos)

Nesse contexto, concordamos plenamente com o Prof. Mário Laranjeira (Laranjeira, 1996:18), ao fazer as seguintes ponderações acerca das posições “objetivistas” de lingüistas estruturalistas em confronto com as atitudes “subjetivistas” dos desconstrutivistas:

Cabe consignar primeiro a grande contribuição que as várias correntes lingüísticas rotuladas lato sensu como estruturalistas deram à reflexão e aos estudos da linguagem no decorrer deste século e que não se pode simplesmente descartar. Um traço comum subjaz às teorias estruturalistas, de Saussure a Chomsky: a linguagem, oral ou escrita, é vista como um objeto a ser descrito, fora do sujeito. Ou não há, pelo menos, uma preocupação com a teoria do sujeito na produção do sentido em suas várias instâncias. A consequência disso é que, quando alguns lingüistas estruturalistas incursionaram pelo terreno da tradutologia, deixaram a impressão de que o texto, objeto perceptível e analisável, seria uma espécie de vasilha a conter um produto: o sentido. A operação tradutória seria comparável a uma troca de vasilhas, de suporte, de código lingüístico, mantendo-se intacto e incólume o conteúdo, o sentido. Reagindo a essas colocações a que poderíamos chamar de objetivistas, certos teóricos, que se autodenominam desconstrutivistas, pós-estruturalistas ou pós-modernos, assumem posição diametralmente oposta. Escudados na autoridade da palavra (ou em sua leitura da palavra) de autores como Jacques Derrida, Michel Foucault, Jean-François Lyotard e outros (cujos seguidores, no Brasil, costumam citar em traduções inglesas), não aceitam que o texto seja um objeto significante, que ele tenha “marcas” capazes de produzir sentido. Só existiria sentido na leitura concreta e particular que cada sujeito faz do texto. Não há verdade. Ela seria uma mera ilusão, uma projeção dos desejos do sujeito sobre a realidade exterior. Negam que se possa estabelecer qualquer distinção, a partir do texto, entre o literário e o não literário, entre uma oitava de Camões e uma bula de remédio, entre um soneto de Antero de Quental ou de Cruz e Souza e um teorema de matemática. Chegam mesmo a contestar a objetividade dos conceitos de língua materna e de língua

estrangeira. Tal posicionamento teórico, se levado às suas últimas conseqüências, conduz a negar qualquer hipótese de tradução ou, paradoxalmente, a considerar que tudo é tradução. Apagam-se todos os limites. Em nome da diferença, eliminam-se as diferenças. A nosso ver, tanto a posição estruturalista pura como a posição desconstrutivista extremada são insuficientes para dar conta do problema do sentido, da leitura e da sua reescrita que é a tradução. A primeira é insuficiente por não considerar o sujeito, e a segunda é insuficiente por só considerar o sujeito da leitura.

Além de concordarmos inteiramente com a crítica do Prof. Mário Laranjeira, queremos aprofundar um pouco mais essa reflexão acerca das duas visões em confronto, fazendo uma síntese dos pressupostos epistemológicos de ambas e das conseqüências desastrosas de se ter uma visão unilateral de qualquer fenômeno da realidade.

Para a posição desconstrutivista, ler e traduzir, como vimos na seção anterior, são processos essencialmente criativos. Nega-se a estabilidade relativa de qualquer texto, tanto para o leitor como para o tradutor. Tudo parece ser criação subjetiva na leitura e na tradução. Desaparece completamente, assim, o conceito tradicional, milenar, de “fidelidade” à obra traduzida. Mas, se os textos traduzidos são pura criação subjetiva, sem relação alguma com o original, uma vez que os textos originais seriam “raspados”, como “palimpsestos”, com que direito podemos ainda afirmar que eles são “tradução” de outro, e mesmo, texto? No dizer de Croata (1986:33), “se há muitas interpretações de um mesmo texto, todas partem do mesmo texto, e então deve haver alguma forma de convergência”. Diríamos que se trata, aqui, do velho problema filosófico da **unidade na multiplicidade** (o “Uno” do “Verso”), que as várias leituras e traduções de um mesmo texto não podem fugir à regra: todas são, em parte, diferentes, mas, essencialmente, a mesma coisa, uma vez que todas revelam, necessariamente, a unidade na multiplicidade, pois todas são manifestações diferentes da mesma unidade fundamental contida no texto original. Se essa unidade do texto original for “raspada”, para dar lugar a outra unidade no texto de chegada, então, sim, o texto de chegada será realmente outro texto, e não mais terá direito a ser chamado de “tradução” de outro, e mesmo, texto.

Todavia, se o texto lido ou traduzido é visto como um “palimpsesto”, então não existe mais correspondência (unidade) alguma entre o que se diz e o que se ouve, entre o que se escreve e o que se lê, entre o que texto original afirma e o que o texto traduzido reafirma. Em outros termos, desaparece, então, a possibilidade de qualquer comunicação, de qualquer leitura e de qualquer tradução.

O bom senso e os fatos nos dizem que tanto a posição estruturalista/objetivista quanto a subjetivista/desconstrutivista são unilaterais, por enfatizarem apenas aspectos parciais da verdade tradutória. A nosso ver, os dois pontos de vista são complementares, pois o tradutor se utiliza das duas perspectivas ao mesmo tempo: da objetivista e da subjetivista. Não há,

portanto, motivos para separá-las, fechando-nos em barreiras preconcebidas, num ou no outro pólo.

Essa tensão entre objetivistas e subjetivistas em torno de teorias de leitura e de tradução está vinculada à conhecida tensão filosófica, acerca da teoria do conhecimento, entre realismo, de um lado, e idealismo, de outro. O realismo defende a objetividade do conhecimento, enquanto o idealismo a nega. Para o realismo, o conhecimento é uma “descoberta” da realidade, enquanto para o idealismo o conhecimento é uma “construção” da realidade (cf. Franca, 1978:245). Para o realismo (mas não para o idealismo), existe uma distinção clara entre sujeito e objeto, distinção essa que é negada pelos idealistas, os quais vêem no conhecimento uma imanência (e não uma transcendência) entre sujeito e objeto. Para o realismo (cf. Franca, *ibid.*:251), “o conhecimento não cria o seu objeto, mas é uma relação entre seres que preexistem independentemente desta relação”.

Tentando explicar essas posições opostas de maneira mais explícita, diremos (com Franca, *op. cit.*:182-185) que, para os realistas, o conhecimento humano resulta de um processo interativo (que envolve análise e síntese) entre um sujeito cognoscente e um objeto cognoscível. Há nesse processo uma clara distinção entre o sujeito e o objeto. Além disso, o sujeito, no ato de conhecer, percebe o objeto e se adapta às suas leis. Para os idealistas, ao contrário, o conhecimento não é a percepção do objeto, mas sim a criação (a produção, a construção inteiramente subjetiva) do objeto. Não é o sujeito que se adapta às leis dos seres, e sim os seres que se amoldam às leis do sujeito. Em outros termos, o sujeito cria o seu objeto, sendo o conhecimento uma produção puramente subjetiva da realidade.

A visão tradicional/estruturalista de leitura e de tradução enfatiza o pólo realista/objetivo do conhecimento, enquanto a visão desconstrutivista enfoca o outro pólo, a dimensão idealista/subjetiva do conhecimento, da leitura e da tradução, negando que haja uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto, como se pode constatar em Arrojo (1992:9-10), ao tentar definir o que seja “desconstrução”, fazendo referência ao filósofo francês, Jacques Derrida, o criador da palavra:

Derrida propõe a ‘de-sedimentação, a desconstrução de todas as significações que brotam da significação do logos [a razão, a palavra de Deus, a fala, o discurso]. Em especial a significação de verdade. (...) Dentre as dicotomias e hierarquias que a precisão do bisturi desconstrutor de Derrida tem atingido, talvez a primeira e a mais abrangente seja a possibilidade - plenamente autorizada por nossa tradição logocêntrica - de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto.

Pior do que isso, os idealistas/donstrutivistas, apoiados no pensamento filosófico de Frederico Nietzsche (e na

psicanálise de Sigmund Freud), negam a própria noção tradicional de “verdade”, ou que o homem seja capaz de “descobrir verdades”, como se pode observar na seguinte passagem de Arrojo e Kanavillil (1992:54-55):

*Assim, de acordo com a perspectiva descortinada por Nietzsche, o homem não é um descobridor de “verdades” independentes de seu desejo de poder ou de seu instinto de sobrevivência, mas, sim um produtor de significados e, portanto, de conhecimentos que se consagram através das convenções que disciplinam os homens em grupos sociais. (...) Como lembra Stanley Fish (1980) “todos os objetos são criados e não descobertos, e são criados pelas estratégias interpretativas que colocamos em ação (*op. cit.*:331)”. (...) Além do pensamento de Nietzsche, podemos considerar a psicanálise de Sigmund Freud e, principalmente, o conceito do “inconsciente” que mudou radicalmente a própria noção de sujeito. A partir do insight freudiano de que o homem carrega consigo um lado desejante e desconhecido, todo o conhecimento, todas as ciências, todas as “verdades”, todos os sentidos “literais” têm de ser necessariamente relativizados e reconhecidos como produto - ou sintoma - de uma interpretação, mediação inevitável entre homem e mundo.⁸*

Em suma, a “verdade”, segundo essa visão, é pura ilusão, um mero impulso dos desejos do inconsciente. Essa postura tenta, igualmente (com base em Nietzsche e Freud), em nome do inconsciente, anular a própria racionalidade consciente do ser humano, o que logicamente implica também negar a liberdade e a responsabilidade humanas. De fato, se o homem não é mais consciente dos seus atos, também não pode mais ser responsável por eles, o que acarretaria o caos social e moral da sociedade. Essa desvalorização ou anulação do aspecto consciente do ser humano, que nada mais seria nessa visão do que mero produto do inconsciente, é expressa por Arrojo (1992:15), nos seguintes termos:

o homem ocidental, forjado no culto ao racionalismo, ilude-se com sua suposta autonomia “consciente” - que não passa de uma instância derivada de processos inconscientes - e crê poder separar-se do “real”, ou seja, crê poder olhar o “real” e o outro com olhos neutros; crê, em suma, poder “descobrir” “verdades” que não sejam construídas por ele mesmo, nem “contaminadas” pelo seu desejo. É, portanto, a partir da desconstrução da noção de sujeito enquanto ser presente a si mesmo que Nietzsche passa à desconstrução do impulso à verdade e do próprio conceito clássico de verdade. A noção do impulso à verdade, do desejo de saber, é, para Nietzsche, outra grande ilusão humana.

Na tentativa de conciliar as duas posições antagônicas discutidas nesta seção, podemos argumentar, como já

⁸ Ver também Arrojo (1993:18).

o fizemos, até certo ponto, em seções anteriores deste artigo, que o processo do conhecimento, como o de leitura e tradução, envolve aspectos objetivos e subjetivos, conscientes e inconscientes. O conhecimento, como a leitura de um texto original ou traduzido, é sempre um processo interativo (um jogo) entre partes distintas: de um lado, a realidade objetiva que é conhecida (ou lida, ou traduzida), e, de outro, um sujeito que a conhece (que a lê, que a traduz). Nessa interação (nesse jogo) entre sujeito e objeto, há muito campo para variação no pólo do sujeito, consciente e inconsciente (aspecto subjetivo do conhecimento, da leitura ou da tradução), que depende obviamente da estrutura cognitiva subjetiva (consciente e inconsciente) de cada sujeito cognoscente. Nesse sentido, cada conhecimento (cada compreensão, cada leitura ou tradução) da realidade é único, pois os conhecimentos prévios e os condicionamentos circunstanciais de cada sujeito cognoscente são únicos. Mas, por outro lado, não se pode esquecer o outro pólo do conhecimento (da leitura ou da tradução), uma vez que para haver interação (jogo) é condição necessária que haja duas partes envolvidas. Negando-se uma, nega-se também a outra.

Se é verdade, de acordo com a posição idealista/desconstrutivista, que todo conhecimento é uma pura criação individual, desprovida da dimensão objetiva, relativamente estável, do objeto conhecido, nega-se, então, teoricamente, a própria ciência, que não é simplesmente criação subjetiva deste ou daquele sujeito, mas é, ao mesmo tempo, conhecimento partilhado, comum a todos, universal. Além disso, a ciência, em seu aspecto objetivo, é também descoberta, é percepção de leis que existem nos objetos (e não apenas em nossas cabeças). A realidade (a “verdade”), por exemplo, da gravidade dos corpos já existia antes e independentemente de sua descoberta pela ciência. O sistema heliocêntrico preexistia à sua descoberta por Copérnico. E a partir de Copérnico, ninguém mais aceita o sistema geocêntrico (= conhecimento falso acerca de uma realidade objetiva do mundo), o que prova que podemos errar ao conhecer a realidade que nos rodeia. O próprio fato de existir o erro, o conhecimento falso, acerca da realidade extra-subjetiva, prova que a verdade do conhecimento não está simplesmente no sujeito (o homem não é a medida de todas as coisas).

7 CONCLUSÃO

Queremos concluir nossas avaliações acerca das teorias da tradução, narrando duas pequenas histórias que se

assemelham bastante com as visões opostas de tradução (de leitura e de conhecimento), discutidas neste artigo.

Eis a primeira:

*Conta-se que, certa vez, um mesmo elefante foi observado por vários cegos de nascença, sendo que cada cego só conseguiu focalizar (pelo tato) uma parte diferente do elefante. O resultado é que quando cada cego tentou descrever o elefante, cada um o fez de modo diferente, porque cada cego só “viu” o elefante por um lado. Nenhum deles teve uma “visão” de conjunto do elefante inteiro, uma vez que cada um só o observou por um lado.*⁹

O mesmo se aplica às teorias antagônicas de tradução revisadas neste artigo. São iguais aos cegos de nosso relato, pois só vêem, ou só querem ver, a tradução (a leitura e o conhecimento) por um de seus lados ou aspectos. Vale lembrar também o velho ditado: o pior cego é o que não quer ver.

Eis a segunda história:

*Conta-se que um professor foi dar uma aula de avaliação comportamental e chegando à classe estendeu sobre o quadro de giz um imenso lençol alvo; depois tomou de um pincel e na ponta do lençol colocou pequena mancha, e perguntou aos alunos: que vêem? Todos, em uníssono: uma mancha! Ninguém viu o lençol. A mancha era mil vezes menor que o lençol; é a tendência para ver desfocada a realidade. Ninguém sequer diz: vejo o lençol com uma mancha. É nosso atavismo ver o lado negativo.*¹⁰

Neste artigo, vimos que algumas posições extremadas se comportam como os alunos dessa segunda historietta, porquanto exageram ou supervalorizam apenas um aspecto do fenômeno, perdendo, assim, a visão do todo. Como seria bom se os teóricos de várias perspectivas fossem mais humildes e se juntassem para partilhar a visão de cada um, sem idéias preconcebidas, e sem querer anular ou negar as visões concorrentes, a fim de poderem alcançar, com um diálogo franco e respeitoso, um retrato mais amplo e profundo do fenômeno estudado em todas as suas dimensões e, no caso em apreço, uma visão integrada do processo tradutório.¹¹

⁹ Adaptado de uma palestra que ouvimos.

¹⁰ Esse texto foi extraído da Revista *Visão Espírita*, vol. 2, nº 17, 1999, p. 39.

¹¹ As referências bibliográficas do artigo encontram-se após o anexo.

ANEXO

TEORIAS DA TRADUÇÃO/QUESTIONÁRIO BÁSICO¹²

1. Por que o nome “teorias” da tradução, e não “teoria” da tradução?

R. *Porque “ainda não existe nenhuma Teoria Unificada da Tradução no sentido técnico de ‘um conjunto coerente de proposições gerais usadas como princípios para explicar uma classe de fenômenos’, mas existem algumas “teorias” no sentido lato de ‘um conjunto de princípios úteis para compreender a natureza da tradução ou para estabelecer critérios de avaliação de um texto traduzido’ ” (Nida, 1993:155).*

2. Distinga “teoria” de “modelo”.

R. *“Teoria” é um conjunto de proposições integradas, coerentes, para explicar um determinado fenômeno, enquanto “modelo” é uma representação externa (uma fórmula, um diagrama, um esquema, etc.) de uma teoria. (Cf. Bell, 1991:24-25).*

3. O que é “abordagem”?

R. *É a maneira de encarar (de ver ou de estudar) um assunto ou um fenômeno. Muitas vezes, se usa esse termo como sinônimo de teoria.*

4. Pode haver teoria separada da prática e, vice-versa, prática sem teoria?

R. *Em termos absolutos, dizemos que não. Toda prática supõe e gera teoria e toda boa teoria gera prática, donde o famoso aforismo de Kurt Lewin: ‘Nada existe de mais prático do que uma boa teoria’ (apud Ur, 1996:4) (Ver também Arrojo, 1992:107-112).*

5. Qual a relação entre teoria/prática e ideologia? (O que é ideologia?)

R. *Ideologia é o conjunto de convicções que produzem os significados que impomos aos objetos e constituem a perspectiva a partir da qual teorizamos e classificamos o mundo (Arrojo, op. cit., p. 111-112). Assim, tanto a teoria quanto a prática são ideológicas; exemplificando com a tradução, quando um tradutor produz uma tradução, seu tra-*

balho terá de se enquadrar dentro das normas que regem a produção de trabalho, estabelecidas, explícita ou implicitamente, pela comunidade sócio-cultural a que pertence. (Arrojo, ibid.)

6. Explique a polissemia do termo “tradução”.

R. *O termo “tradução” é polissêmico e pode significar:*

- a) o produto (ou seja, o texto traduzido);
- b) o processo do ato tradutório;
- c) o ofício (a atividade de traduzir); e
- d) a disciplina (a ciência que estuda o fenômeno da tradução).

7. Qual a controvérsia mais antiga em torno da tradução?

R. *“Tradução literal” (ou seja: tradução do estilo e do modo de escrever do autor original) vs. “tradução livre” (ou seja: tradução só do sentido e do espírito do original. (Bell, 1991:11) Ao conceito de tradução literal está associada a idéia de tradução “fidel” e ao conceito de tradução livre, a idéia de tradução “infidel”.*

8. Como podemos especificar a competência do tradutor? (Que tipos de conhecimentos e de habilidades deve o tradutor possuir?)

R. a) *conhecimento de duas línguas (nos níveis fonético-fonológico, morfossintático, semântico, retórico/discursivo, pragmático, ortográfico e estilístico);*

- b) *conhecimento de duas culturas;*
- c) *conhecimento da área do assunto;*
- d) *conhecimento contrastivo (lingüístico e cultural);*
- e) *conhecimento do mundo;*
- f) *habilidades de leitura e de composição (redação);*
- g) *competência sociolingüística;*
- h) *conhecimento das teorias da comunicação e da informação;*
- i) *qualidades artísticas (inatas ou adquiridas);*
- j) *conhecimento de lingüística textual;*
- k) *conhecimento da arte literária;*
- l) *conhecimento de princípios e de procedimentos técnicos da tradução; etc.*

¹² Esse questionário vem sendo utilizado na disciplina **Teorias da Tradução**, por nós ministrada no Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

9. Quais as disciplinas que têm servido de embasamento para teorias ou comentários sobre tradução?

R. *A lingüística, a semiótica, a crítica literária, a psicolingüística, a sociolingüística, as teorias da comunicação e da informação, etc.*

10. As teorias da tradução filiadas aos estudos literários vêem a tradução como essencialmente uma operação lingüística, ou como uma ‘arte’?

R. *Como uma arte.*

11. Que dizer da atitude daqueles que, fundamentados em anos de experiência profissional, tendem a desprezar as teorias e a defender que a tradução é um “ofício” e, como tal, deve ser compreendida e aprendida “na prática”?

R. *Quem manifesta essa atitude contradiz-se, pois já está, a partir de uma convicção/ideologia, fazendo uma afirmação teórica, segundo o qual a tradução é um “ofício” que deve ser compreendido e aprendido “na prática”. Como já foi dito na resposta da pergunta nº 4, “nada existe de mais prático do que uma boa teoria” (Kurt Lewin, apud Ur, 1996:4).*

12. Como é possível traduzir, se, de acordo com muitos lingüistas, não existem correspondências ou equivalências exatas entre as palavras e estruturas de duas línguas? Os sistemas gramaticais não são impenetráveis entre si? (cf. Mounin, 1975:20)

R. *É verdade que nem sempre existem correspondências exatas de valores entre as línguas (no sentido saussuriano do termo, ou seja, de significados formais), mas há correspondências de significação entre os códigos lingüísticos e a experiência humana por eles expressa, o que possibilita a tradução. Em outros termos, se, por um lado, cada língua é um sistema sui generis, um código próprio, com seus significados (valores) próprios, por outro lado, toda língua é também um sistema de comunicação que emprega as formas do código para referir-se a entidades do mundo real ou imaginário (cf. Bell, 1991:7). Além disso, as representações semânticas profundas são essencialmente as mesmas, independentemente de suas distribuições em valores lingüísticos (cf. Mounin, 1975:35-36). Pode-se adiantar ainda que, do mesmo modo como estruturas diferentes de uma mesma língua podem significar coisas semelhantes (por ex.: a chuva continua/chove sem parar), assim também línguas diferentes podem significar coisas semelhantes. É isso que permite as traduções intralinguais e interlinguais, respectivamente (cf. Mounin, op. cit.:239-240).*

13. Como é possível traduzir, se, de acordo com o ponto de vista de muitos lingüistas e antropólogos, cada língua impõe aos seus falantes uma visão de mundo diferente?

R. *Se, por um lado, cada língua, até certo ponto, impõe aos seus falantes uma visão de mundo diferente, por ser um código próprio, por outro lado, como já foi dito na resposta da pergunta anterior, toda língua é também um sistema de comunicação que emprega as formas do código para referir-se a entidades do mundo real ou imaginário (cf. Bell, 1991:7). Além disso, os elementos da experiência humana são bastante semelhantes, de tal modo que quase tudo que pode ser dito numa língua pode ser dito também em outra (cf. Mounin, op. cit.:242). No dizer de Jakobson (1971:65), “a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes”. O mesmo lingüista nos esclarece que “as línguas diferem essencialmente naquilo que devem expressar, e não naquilo que podem expressar” (ibid.:69).*

14. O que significa entender um texto?

R. *Entender um texto significa compreendê-lo, através de um processo de interação entre leitor e texto, que envolve aspectos objetivos (de identificação de formas lingüísticas/valores, presentes no texto) e aspectos subjetivos (de interpretação), com base nos esquemas mentais próprios de cada leitor.*

15. É possível haver uma leitura neutra de um texto, sem nenhuma interferência do leitor e de seu contexto sócio-cultural e histórico?

R. *Não, porque a leitura se realiza através de um jogo interativo em que o leitor lança mão de toda a sua bagagem de conhecimentos prévios e é influenciado por todos os condicionamentos de ordem psico-sócio-cultural, etc.*

16. O “significado” está todo no texto?

R. *Os significados formais (em termos de valores estritamente lingüísticos) se encontram no texto, mas o significado reconstruído pelo leitor (enquanto intérprete particular) resulta de uma negociação entre o leitor e o texto, ou seja, negociação entre as informações contidas no texto e a interpretação individual de cada leitor, condicionada por uma série de fatores, tais como seus conhecimentos prévios, seus esquemas mentais, seu conhecimento do assunto, seu contexto psico-social-histórico, etc.*

17. É possível haver uma tradução “literal”, próxima do “original”, que não apresente nenhuma interferência do tradutor, em oposição a uma tradução “literária”, que revelaria a interferência da interpretação e do julgamento do tradutor?

- R. *Dependendo do tipo de texto (uma bula de remédio vs. um conto ou uma poesia, por exemplo), de sua função predominante (expressiva, descritiva ou apelativa), de seu objetivo e de seu público-alvo, uma tradução pode ser mais ou menos literal (ou mais ou menos livre). O fenômeno da interferência do leitor-tradutor, contudo, em maior ou menor grau, é inevitável, uma vez que toda leitura/tradução envolve interpretação e produção ou reconstrução do sentido.*
18. Como é possível traduzir, se um mesmo termo usado por duas pessoas diferentes jamais significa a mesma coisa? (Steiner, 1998:263)
- R. *Um mesmo termo (por exemplo, “mãe”, “mamãe”, “maezinha”) usado por duas pessoas diferentes jamais significa a mesma coisa do ponto de vista da fala, do discurso (aspecto individual da linguagem), uma vez que pode ter muitas conotações pessoais, mas, do ponto de vista do sistema lingüístico, ou seja, do código (da “langue”), um mesmo termo usado por duas ou mais pessoas diferentes, num mesmo contexto, sempre significa a mesma coisa, pois, os significados (os valores) estritamente lingüísticos (incluindo os valores estilísticos) são, em parte, de propriedade coletiva, social, e não individual. Do contrário, não haveria possibilidade de comunicação verbal entre as pessoas, e muito menos de tradução entre línguas diferentes. Se a comunicação e a tradução existem, é porque os termos e as frases de qualquer língua (“langue”) têm valores comunicativos comuns, relativamente constantes e estáveis.*
19. Qual a problemática em torno da tradução de textos sagrados?
- R. *Os textos sagrados são considerados “Palavra de Deus” e, por isso, a sua tradução nem sempre é oficialmente permitida (como ocorre com o Alcorão, por exemplo, livro sagrado dos muçulmanos. Mesmo quando a tradução de tais textos é permitida, privilegia-se a tradução literal, para garantir a “fidelidade” ao texto original. Mesmo assim, São Jerônimo e Martinho Lutero privilegiaram a tradução do sentido em suas traduções da Bíblia cristã. Poderíamos, aqui, perguntar: Por que a Bíblia, sendo, supostamente, “Palavra de Deus”, admite tantas traduções e tantas interpretações diferentes? É que a Bíblia é “texto” e, como qualquer texto, é, semioticamente, sempre aberto a múltiplas leituras e a múltiplas interpretações. Todo texto, como objeto de significação, é sempre polissêmico, aberto a muitas leituras, mas, como objeto de comunicação, é sempre monossêmico, porque, no ato particular de sua leitura, cada leitor o interpreta, até certo ponto, diferentemente, pelas razões que já foram apontadas em respostas de questões anteriores deste questionário, acerca da compreensão leitora (cf. Croata, 1986).*
20. Explique a seguinte pergunta (ou fórmula) sociolingüística: QUEM TRADUZ O QUE, PARA QUEM, QUANDO, ONDE, POR QUÊ, E EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS?
- R. *Essa conhecida fórmula sociolingüística mostra os diversos fatores circunstanciais que podem determinar ou afetar a tradução como produto. Assim, uma tradução pode ser feita desta, ou daquela maneira, dependendo da competência de quem traduz, do tipo de texto que se traduz, do público-alvo para o qual se traduz, da época e do lugar em que se traduz, do objetivo para o qual se traduz, e das circunstâncias (sócio-econômicas, políticas, culturais, religiosas, etc.) em que se traduz.*
21. Existe tradução perfeita? Explique.
- R. *Não existe tradução perfeita, como não existe comunicação humana perfeita. Tudo o que é humano é imperfeito, mas nem por isso ilusório. Assim, toda tradução é uma operação relativamente imperfeita, mas sempre possível de aperfeiçoamento, podendo tornar-se uma operação relativamente satisfatória para os objetivos a que se propõe, à luz dos outros fatores circunstanciais indicados na questão anterior.*
22. É verdade que todo tradutor é um traidor (conforme o conhecido provérbio italiano: *traduttore traditore*)?
- R. *Se por tradução se entende uma reprodução fiel, literal, neutra, do original, que não apresente nenhuma interferência por parte do tradutor, então, nesse caso, todo tradutor seria um “traidor”. Mas esse tipo de tradução só existe na imaginação das pessoas que não refletem adequadamente sobre o processo tradutório, o qual, como já foi dito em questões anteriores deste questionário, nunca pode ser completamente neutro, literal, objetivo, isento de qualquer interferência por parte do tradutor. Nesse sentido, o conhecido provérbio italiano, segundo o qual os tradutores são traidores, é agora reescrito como “tradutores têm que ser traidores” (cf. Vieira, 1996:138).*
23. O que é a “paralaxe” da linguagem humana (Nida, 1993:6)? A esse respeito, comente também a visão de linguagem como fotografia ou mapa da realidade (Ibid.).
- R. *A paralaxe é conceituada por Nida (ibid.) como o fato de que a linguagem não apenas representa a realidade, como também a distorce. Por exemplo, continuamos a dizer que o sol nasce, o sol se põe, quando de fato sabemos que o sol nem nasce nem se põe, mas que é a Terra que gira em volta dele. Algumas pessoas também concebem a língua como fotografia ou mapa da realidade e, raramente, se dão conta de que mapas e fotos, inevitavelmente, envolvem escolhas e distorções. Tanto fotografias quanto mapas sofrem do fenômeno da paralaxe.*

24. O que são traços semanticamente pertinentes de uma língua?

R. São os mínimos traços objetivos, socialmente comuns ao falante e ao ouvinte, graças aos quais se pode definir um termo para todos os falantes de uma mesma língua (cf. Mounin, op. cit.:165 e Buzzetti, 1987). São chamados também de traços denotativos, em oposição aos traços conotativos, que se referem aos que podem, ou não, ser percebidos pelo ouvinte num ato de comunicação.

25. A linguagem expressa fielmente o pensamento humano?

R. Não. A linguagem não expressa todos os traços e nuances particulares de um pensamento ou de uma dada situação, mas, obrigatoriamente, apenas os traços semanticamente pertinentes para a comunicação. Como afirma Catford (op. cit.:41), “apenas pouquíssimos traços da situação são lingüísticamente relevantes”.

26. Por que motivo nos acontece com tanta frequência não saber como dizer tudo que queremos, ou ter a impressão de haver dito muito mal o que pensávamos?

R. É uma prova clara da distinção entre linguagem e pensamento. De fato, muitas vezes, queremos dizer uma coisa e expressamos outra, ou temos a impressão de ter dito mal o que pensávamos dizer. Outras vezes, queremos dizer alguma coisa, mas não sabemos como expressá-la. Não encontramos a forma para expressá-la verbalmente.

27. Como explicar o fato de que o mesmo pensamento pode ser expresso de várias maneiras numa mesma língua? (Exemplos: *venta; está ventando; sopra um vento; o tempo está meio ventoso; o dia está meio ventoso*, etc.)¹³

R. É mais uma prova da independência do pensamento em relação à linguagem, e que tem uma profunda implicação para a teoria da tradução, no sentido de que é essa independência relativa do pensamento em relação à linguagem que permite ao ser humano expressar o mesmo pensamento, de várias maneiras, não só numa mesma língua mas também em línguas diferentes.

28. Como explicar pensamentos novos?

R. A mente humana é criativa, capaz de produzir pensamentos novos, indefinidamente, e de os expressar e traduzir em qualquer língua, o que, mais uma vez, comprova a relativa independência do pensamento em relação à linguagem.

29. Como explicar a transmissão telepática do pensamento?

R. Pela independência essencial entre linguagem e pensamento, como já foi esclarecido nas últimas três questões acima.

30. É verdade que pensamos do modo como pensamos, porque falamos do modo como falamos?

R. Até certo ponto, é verdade que pensamos deste ou daquele modo por causa da língua que falamos, “o que reflete uma diferença no modo como as línguas interpretam a experiência do real” (Barbosa, op. cit.:67). Por exemplo, em português, pensamos distâncias em quilômetros, e não em milhas (como em inglês) porque nossa língua categoriza as distâncias em quilômetros e não em milhas. Outros exemplos são dados por Barbosa (ibid.): *keyhole* (‘buraco da fechadura’) e *like the back of my hand* (‘como a palma da minha mão’). Esses casos, porém, são bastante isolados, em relação ao conjunto total dos fatos lingüísticos e, portanto, não invalidam a tese da universalidade da linguagem e da experiência humana, uma vez que o pensamento e as línguas manifestam, subjacentemente, mais semelhanças do que diferenças, o que explica a possibilidade da comunicação e da própria tradução.

31. O que é cultura e até que ponto uma língua reflete a cultura de uma sociedade?

R. Pela conceituação de Nida, cultura é definida como “a totalidade das crenças e práticas de uma sociedade” (Nida, op. cit.:105). Cultura é tudo o que é criado pelo homem: “O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade” (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª edição, revista e aumentada). Sendo uma língua parte da cultura e meio de sua expressão, é lógico que reflita a cultura da sociedade que a utiliza.

32. Como explicar o fato de que uma mesma língua pode expressar culturas diferentes? (Por exemplo: o inglês, o espanhol, etc.)

R. Isso é possível porque a relação entre língua e cultura não é absoluta, mas relativa. O inglês e o espanhol são exemplos típicos, pois são usados para expressar culturas bastante diferentes.

33. Como explicar que, a despeito da heterogeneidade dos diversos sistemas lingüísticos, os homens se comunicam de língua para língua?

¹³ Exemplos extraídos de Mounin (op.cit.:240).

- R. *Os homens se comunicam de língua para língua, porque existem traços comuns a todas as línguas do mundo - vale dizer - “universais lingüísticos” (Mounin, op. cit.:190), ou seja, a despeito da heterogeneidade dos diversos sistemas lingüísticos, “o conteúdo latente de toda linguagem é o mesmo” (Sapir, apud Mounin, op. cit.:197). “Não existe na linguagem particularidade mais impressionante que a sua universalidade” (Id., ibid.:191).*
34. Terá razão o lingüista e tradutor Eugene NIDA (Nida, 1993:106), ao afirmar que “pelo menos 90% (noventa por cento) das estruturas fundamentais de todas as línguas são muito semelhantes e que os universais da linguagem superam em muito as diferenças”?
- R. *Tudo leva a crer que sim, como já foi visto em diversas questões anteriores.*
35. O que é o conflito de interpretações?
- R. *É a atitude gerada pela pretensão de cada leitor de julgar que a sua interpretação de um texto (sobretudo político/ideológico/religioso) é a interpretação verdadeira, e que as demais interpretações do mesmo texto são falsas. Nasce, daí, a luta pela apropriação do sentido de um texto (cf. Croata, 1986:31).*
36. O que é sentido referencial de um texto?
- R. *É o seu sentido designativo (descritivo/ denotativo).*
37. O que é sentido estrutural?
- R. *É o sentido (ou significado) gramatical ou formal, ou seja, a significação interna, estabelecida pelos morfemas flexionais, pelas relações sintáticas e pelo tipo de frase (interrogativa etc.). (Cf. Dicionário de Lingüística de Z. S. Jota).*
38. O que é sentido denotativo?
- R. *É “o significado em sua função meramente intelectual, sem a carga de conotação; é a representação mental comum e constante evocada pela palavra. Mesa, por exemplo, sempre nos evoca certo objeto, representação mental única” (Dicionário de Lingüística de Z. S. Jota).*
39. O que é sentido conotativo (ou expressivo)?
- R. *É “tudo o que se acrescenta à frase intelectual (a entoação, as circunstâncias do momento etc.” (Ibid.). Por exemplo, “se digo para quem comigo passeia, “Olho o abismo”, há nisso predominância do caráter informativo. Mas se digo o mesmo para quem, distraído, se aproxima perigosamente do precipício, eis que a frase, já agora com carga emotiva e apelativa em alto grau, e pela situação que envolve o fato, muda completamente de figura” (ibid.).*
40. Quais as principais funções da linguagem?
- R. *Funções descritiva (designativa/referencial), expressiva e apelativa (conativa / sugestiva).*
41. Para que alguém possa compreender o significado da palavra “queijo” é preciso ter um conhecimento não lingüístico de queijo? Justifique sua resposta. (Ver Jakobson, 1971).
- R. *De modo algum é preciso saborear o alimento queijo para compreender o significado da palavra “queijo”. Como esclarece o próprio Jakobson (op. cit.:63), “ninguém poderá compreender a palavra queijo se não conhecer o significado atribuído a esta palavra no código lexical do português. (...) O significado das palavras queijo, maçã, néctar, conhecimento, mas, mero, ou de qualquer outra palavra ou frase, é decididamente um fato lingüístico - ou para sermos mais precisos e menos restritos - um fato semiótico”.*
42. A que recorrer se se quiser fazer compreender uma palavra nova? (Id., ibid.)
- R. *“Será necessário recorrer a toda uma série de signos lingüísticos se se quiser fazer compreender uma palavra nova” (ibid.:64). “Para o lingüista, como para o usuário comum das palavras, o significado de um signo lingüístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo ‘no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo’, como insistentemente afirmou Peirce, o mais profundo investigador da essência dos signos” (ibid.).*
43. De quantas maneiras se pode interpretar ou traduzir um signo verbal? (Id., ibid.)
- R. *De três maneiras: “ele pode ser traduzido em outros signos da mesma língua, em outra língua, ou em outro sistema de símbolos não verbais” (ibid.).*
44. Conceitue: tradução intralingual, interlingual e intersemiótica. (Id., ibid.)
- R. *“A tradução intralingual ou reformulação (rewording) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua. A tradução interlingual ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua. A tradução intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos nãoverbais. A tradução intralingual*

de uma palavra utiliza outra palavra, mais ou menos sinônima, ou recorre a um circunlóquio. Entretanto, normalmente, quem diz sinonímia não diz equivalência completa” (ibid.:65). Aplicando esse mesmo princípio à tradução interlingual, podemos também dizer que um texto bem traduzido é uma espécie de sinônimo do texto original, mas sabendo-se que “quem diz sinonímia não diz equivalência completa” ou total.

45. Comente o princípio segundo o qual “as línguas diferem essencialmente naquilo que devem expressar e não naquilo que podem expressar” (id., ibid., p. 65).

R. Além do que já foi dito na resposta da questão nº 13, podemos acrescentar a afirmação de Jakobson (op. cit.:67) de que “toda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente. Onde houver uma deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, calcos, neologismos, transferências semânticas e, finalmente, por circunlóquios”. Por conseguinte, as línguas não diferem essencialmente no que podem dizer, mas no modo de dizer.

46. A poesia é traduzível?

R. Para muitos, a poesia é teoricamente intraduzível. Assim, Robert Frost (apud Paes, 1990:34) “definiu poesia como tudo aquilo que se perde na tradução”. O próprio Roman Jakobson (op. cit.:72) afirma que “a poesia, por definição, é intraduzível”. Para Sílvio Romero (apud Paes, op. cit.:9), “a poesia não se traslada sem perder a maior parte de sua essência”. Essas afirmações não correspondem à realidade dos fatos, pois, na prática, sempre houve e continua havendo inúmeras traduções de poesias. É o que se pode comprovar, por exemplo, com “Manuel Bandeira que, embora tenha traduzido poesia durante toda a sua vida, não hesitou em afirmar, mais de uma vez, ser ela, em essência, intraduzível” (apud Paes, op. cit.:35). Pode-se observar, através de afirmações como essas, uma grande contradição entre o que se diz e o que se faz.

47. O tradutor nasce, ou se faz?

R. Há os que nascem e os que se fazem. Tem havido na história da tradução excelentes tradutores que nunca tiveram conhecimentos científicos de lingüística ou de semiótica, etc e, entretanto, realizaram trabalhos bem sucedidos de tradução, e, por outro lado, tem havido os que aprenderam a traduzir mediante cursos específicos sobre teoria e prática da tradução.

48. Por que, conforme Catford (1980:53), a tradução não pode ser vista essencialmente como um processo de “transcodificação” (ou de “transferência” de significados) entre línguas?

R. Porque cada código lingüístico é um sistema único de significados (de valores) próprios, em si mesmos intransferíveis, semioticamente falando.

49. Qual a distinção que o referido autor (ibid.) faz entre tradução como “transferência” e tradução como “substituição” de significados?

R. Na transferência há uma implantação de significados da LF no texto da LM, enquanto que na substituição o que há é reposição de significados da LF por significados da LM.

50. O que, segundo o mesmo autor (ibid.), normalmente se entende por tradução?

R. A substituição de significados da LF por significados da LM. Em termos mais explícitos, “Tradução pode definir-se como a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM)”. (Id., ibid., p.22).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, R. (1986). *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática.
- ARROJO, R. (org.) (1992). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas/SP: Pontes.
- ARROJO, R. (1993). *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- ARROJO, R., & Rajagopalan, K. (1992). A noção de literalidade: metáfora primordial. In Arrojo, R. (org.), p. 47-55. 1992.
- AUBERT, F. (1987). A tradução literal: impossibilidade, inadequação ou meta? In: Costa, W. C. (org.) *Translation/tradução. Ilha do Desterro*, 17, Florianópolis: Editora da UFSC.
- BARBOSA, H. G. (1990). *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. Campinas/SP: Pontes.
- BELL, R. T. (1991). *Translation and translating: Theory and practice*. London: Longman.
- BEVENISTE, E. (1989). *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Editora Pontes.
- BORDENAVE, M. C. R. (1987). Fundamentos de uma metodologia de ensino da tradução. Trabalho apresentado no 3º. Encontro Nacional de Tradutores, Porto Alegre: Mimeografado.
- BUZZETTI, C. (1987). La Bibbia come texto letterario da tradurre. In: *Meta* 32, 1:55-63.
- CATFORD, J. C. (1965). *A linguistic theory of translation*. Oxford: Oxford University Press.
- CATFORD, F. C. (1980). *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix.

- CROATA, J. S. (1986). *Hermenêutica bíblica: para uma teoria da leitura como produção de significado*. São Paulo: Editora Sinodal.
- CRYSTAL, D. (1980). *Dicionário de lingüística e fonética*, 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- DELISLE, J., & Woodsworth, J. (1980). *Translators through history*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- ESKEY, D. E. (1980). Theoretical foundations. In: Dubin, F., Eskey, D. E. e Grabe, W. (orgs.). *Teaching second language reading for academic purposes*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company. p. 3-32.
- FRANCA, L. (1980). *Noções de história da filosofia*, 22ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
- GONÇALVES, J. L. V. R. (1980). Heloísa Barbosa: procedimentos técnicos da tradução. In: Vieira, E. R. P. (org.) *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: UFMG. p. 59-67.
- JACOBSON, R. (1971). Aspectos lingüísticos da tradução. In: *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, p. 63-72.
- JOTA, Z. S. (1976). *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença.
- KOMISSAROV, V. (1987). The semantic and the cognitive in the text: a problem in equivalence. In *Meta* 32, 4:416-419.
- LARANJEIRA, M. (1996). *Poetas de França hoje (1945-1995): seleção, tradução e introdução*. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- MALMKJAER, K. (1997). Translation and language teaching. In: *AILA Review*, N°. 12 . 1995/6, p. 56-64.
- MOUNIN, G. (1975). *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix.
- MURATA, Y. (1996). Translation as spiritual community. In: *Tradterm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia - FFLCH-USP*, n° 3, p. 66-75.
- NIDA, E. (1993). *Language, culture and translating*. Shanghai: Foreign Language Press.
- NEWMARK, P. (1988). *A textbook of translation*. London: Prentice Hall.
- OTTONI, P. (org.). (1998). *Tradução: a prática na diferença*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, FAPESP.
- PAES, J. P. (1990). *Tradução: a ponte necessária*. São Paulo: Ática.
- SNELL-HORNBY, M. (1988). *Translation studies: an integrated approach*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- SOUZA, J. P. (1999). Tradução e ensino de línguas. *Revista do GELNE (Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste)*, no prelo.
- STEINER, G. (1998). *After babel: aspects of language and translation*. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press.
- THEODOR, E. (1986). *Tradução: ofício e arte*. São Paulo: Cultrix.
- VINAY, J. P. & Darbelnet, J. (1977). *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction*. Paris: Didier. (Nova edição revista e corrigida. Primeira edição: 1958).